

## LEGISLATIVO

Propostas de emendas ao Orçamento de BH que poderiam resolver problemas que afligem várias comunidades na capital foram rejeitadas por erros burocráticos na sua apresentação

# Projetos jogados no lixo

DANIELA ALMEIDA

Quase a metade das emendas propostas pelos vereadores da Câmara Municipal de Belo Horizonte no orçamento de R\$ 6,3 bilhões para o ano que vem – 219 emendas das 512 apresentadas – foram rejeitadas por erros burocráticos como a falta de documentação, o descumprimento de prazos e a alocação errada de verbas. Na prática, a informação significa que a população perderá obras importantes para o escoamento de água das chuvas, a expansão de centros de saúde, asfaltamento ou recapeamento de ruas, construção de escolas e iluminação de bairros.

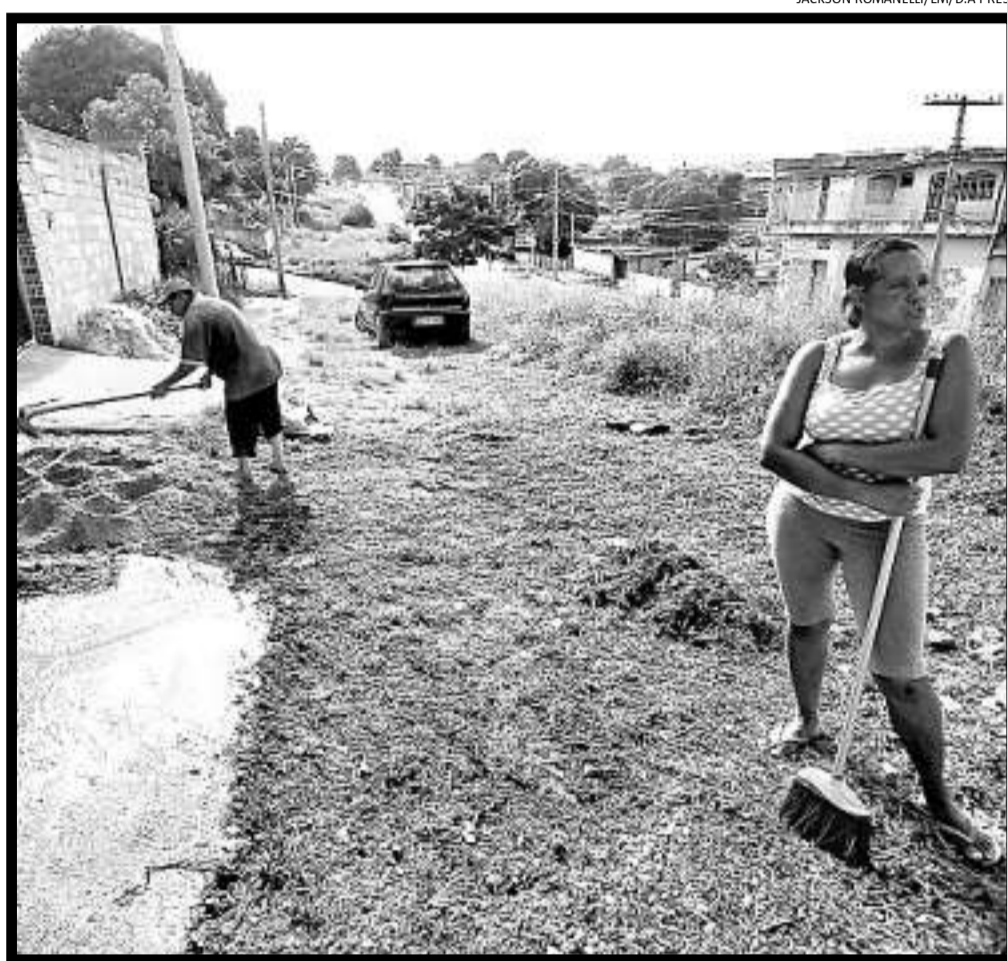
No Bairro de Heliópolis, Região Norte da cidade, os cerca de 7,2 mil habitantes que frequentam mensalmente o centro de saúde local deixarão de contar com a verba de R\$ 100 mil para a construção de três consultórios e a ampliação do posto. Segundo funcionários, a atual planta da casa onde funciona o centro de saúde não comporta os sete médicos que atendem os 14 mil moradores da comunidade local. Pelo fato de os cômodos serem pequenos, a ginástica para abrigar equipe, documentos e equipamentos de atendimento é constante. “Não temos espaço para guardar as fichas dos pacientes, por isso já tivemos inclusive que mudar a papelada para a sala do gerente. Temos um programa de parceria com a UFMG e mal conseguimos abrigar os estagiários. Os médicos têm que trabalhar em esquema de revezamento”, diz uma funcionária que não quis se identificar. Por causa da situação precária, os servidores do posto sonhavam que o dinheiro para a construção dos novos consultórios saísse no orçamento de 2010, mas a emenda relativa à obra foi rejeitada por um motivo burocrático: o valor do empreendimento ultrapassava o limite da rubrica (indicada pelo vereador) da qual o dinheiro deveria sair.

Do outro lado da cidade, no Bairro Milionários, Região do Barreiro, a aposentada Maria de Paula, 66 anos, sofre com as enchentes, que frequentemente alagam sua casa. A água da chuva já chegou a subir mais de um metro, cobrindo fogão e móveis. Desde que se mudou para o imó-

vel, há 22 anos, Maria tem que lidar com o problema. Na tentativa de drenar a chuva, pediu que o filho construísse uma valeta por baixo da casa. A sorveteria que acabou de abrir, em frente, é invadida pelo esgoto toda vez que chove. A questão poderia ser pelo menos minimizada, caso uma emenda de R\$ 5,4 mil destinada à construção no bairro de uma sarjeta para a drenagem pluvial com extensão de 320 metros não fosse rejeitada também por atingir os limites permitidos na rubrica do orçamento.

**NA LAMA** A poucos quilômetros dali, no Bairro Independência, Aides de Oliveira, 70 anos, aguarda há 30 anos que a frente de sua casa, um barranco na Rua Raimundo Pedro Rodrigues, seja asfaltada. Apesar de estar em dia com o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) de R\$ 1 mil, precisou gastar R\$ 500 para construir um passeio até a rua para não continuar sofrendo toda vez que tem que entrar em casa. “Quando chove carro não sobe aqui. Se tiver alguém doente, tem que sair carregado de casa”, desabafa. A filha, Maria das Graças Messias, 46, conta que vários vereadores já prometeram que resolveriam o problema. “Na hora de pedir voto todo mundo promete. A Neusinha (Santos, do PT) já disse que ia resolver, o Anselmo (Domingos, do PTC) já disse que resolveria. Esses não têm mais o meu voto”, avisa. Se a emenda de R\$ 149 mil para asfaltar o trecho fosse aprovada no Legislativo, Aides e a filha poderiam ter esperança de ver isso resolvido.

O asfalto foi objeto de emenda rejeitada também em outra via pública, a Avenida Ivaí, no Bairro Dom Bosco, Região Noroeste de Belo Horizonte. Uma emenda de R\$ 500 mil para o recapeamento da avenida, de grande circulação, não passou na comissão da Câmara. Na Região da Pampulha, uma emenda de R\$ 49 mil para um antigo problema enfrentado pela comunidade belo-horizontina, a proteção das nascentes que sustentam os córregos que abastecem a lagoa, não foi aprovada pelo Legislativo. Ao que parece, não apenas os casos acima, mas mais de 200 outras demandas da população belo-horizontina terão que esperar ao menos mais um ou dois anos para serem atendidas.



Maria das Graças reclama que os vereadores não cumpriram a promessa de asfaltar sua rua



Nascente de córrego que abastece a Lagoa da Pampulha: projeto de recuperação foi excluído

JACKSON ROMANELLI/EM/D.A.PRESS

EMMANUEL PINHEIRO/EM/D.A.PRESS

## Vereador vê desinteresse de colegas

Por causa da falta de familiaridade dos vereadores com as regras de proposição de emendas ao orçamento municipal, obras e reformas necessárias à população acabam sendo prejudicadas. Segundo o vereador Adriano Ventura (PT), presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, muitas emendas interessantes não passaram por meros erros formais. As proposições foram retiradas do orçamento porque, em geral, não apresentavam a documentação relacionada, continham erros de redação, perderam prazos ou solicitavam verba de pastas que não tinham relação com o tema.

De acordo com o vereador, o orçamento enviado pelo Executivo estava organizado em um plano com 40 áreas de resultado. A Lei Orçamentária Anual (LOA) chegou à Casa dentro da mesma linha, dividida em projetos estruturantes. Essa organização acabou por carimbar as verbas e obrigou os parlamentares a investir nas áreas de prioridade para a prefeitura. Por outro lado, tornou mais fácil a fiscalização. “A comissão sugeriu aos vereadores que trabalhassem em linha com o orçamento. Até porque, da maneira que ele veio, já com as áreas de investimento sinalizadas, fica fácil provar ao prefeito que aquela emenda é necessária.” Um sistema informatizado interno de apoio foi ainda colocado à disposição dos vereadores pela Câmara Municipal.

A alta rejeição de emendas importantes para a população, de acordo com Ventura, é resultado dessa falta de familiaridade com o orçamento e do pouco interesse dos parlamentares com o assunto. “Estava tudo mastigado no sistema. O problema é estudar. São mais de mil páginas só de LOA”, diz. “Até entendo que temos muita coisa, mas os vereadores precisam ficar mais atentos (à matéria). Muitos vereadores nem procuraram a comissão quando suas emendas foram rejeitadas.”

Para o líder do governo na Câmara, o vereador Paulo Lamac (PT), o fato de uma emenda não ser aprovada não significa que a intervenção necessariamente não será feita, pois a reforma ou obra podem ser contempladas por planos específicos da prefeitura.

## MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO  
MARCOS.COIMBRA@UAI.COM.BR



MARCOS MICHELE/EM

## A crise moral

Lula começou 2009 bem, considerando que sua popularidade se manteve elevada, apesar da incerteza sobre o futuro trazida pela crise econômica internacional, e terminou o ano ainda melhor. Quando o ambiente de preocupações foi substituído pela confiança de que 2010 tinha tudo para ser um ano de progresso, os indicadores de sua aprovação voltaram a superar as marcas históricas que ele próprio havia estabelecido.

No front eleitoral, a corrida em direção às eleições presidenciais se manteve na marcha acelerada em que está desde 2007. Alguns dos participantes tombaram ao longo do ano e restaram somente aqueles que mais fôlego tinham para suportar a verdadeira maratona que disputam. Essa é a nossa primeira campanha sucessória que se estende por

um período tão demorado.

Enquanto Lula foi de bom a ótimo e os candidatos se esfalfaram país a fora, nosso sistema político viveu um dos piores anos do período recente. O ano de 2009 viu um aprofundamento da crise que nosso sistema de representação atravessa há muito tempo, abalado por denúncias cada vez mais constantes e mais generalizadas. Não se pode dizer que a confiança da sociedade nos políticos tenha chegado ao patamar mais baixo de nossa história, mas esteve perto dele.

Um de nossos problemas é que nada disso, por mais grave que tenha sido do ponto de vista institucional, chegou a ser uma novidade. A crise moral que se abateu sobre a política brasileira em 2009 foi recebida como coisa normal, com pequena capacidade de

escandalizar até os mais castos. Não que as pessoas ficassem indiferentes, muito menos que encarassem o que viram como coisa justificável.

O cidadão brasileiro apenas parou de acreditar que elas mudariam por fatores endógenos, que alguém, algo vindo de dentro, seria capaz de evitar que se repetissem. O que aconteceu foi que perdemos a segurança de que nossas instituições têm condições de se autorregenerar e não conseguimos identificar o que seria capaz de levá-las a que as adquiríssem.

Um dos mais qualificados analistas de nosso cotidiano se deu ao trabalho de contabilizar o número de crises que atravessamos em 2009. Segundo seus levantamentos, elas foram 105, de janeiro a dezembro. Em outras palavras, passamos por uma crise a cada três dias.

Compulsando a lista, vemos que as houve para todos os gostos. Quer uma no Congresso? Tivemos. Na Câmara ou no Senado? Em ambos aconteceram. Prefere no Executivo?

Tivemos. Sua escolha é pelo Judiciário? Também. Gosta de crises no nível federal ou no estadual? Tivemos as duas. E no municipal? Idem. E na imprensa e no Ministério Público? Igualmente.

A última, a que encerrou o ano com chave de ouro, foi a do governo Arruda no Distrito Federal.

Ela teve tudo para se tornar emblemática: ampla, geral e irrestrita, atingiu a todos na política brasileira. Foi uma crise típica de um governo corrupto e a mais visual de nossa história. Apesar disso, pode terminar em uma pizza gigante.

Independentemente do que venha a ocorrer com os envolvidos nesse ou nos inúmeros outros episódios parecidos que aconteceram em 2009, estamos em um momento privilegiado para definir o que seremos daqui para a frente. Se a sociedade brasileira quer, de fato, acabar com essas coisas, agora é uma boa hora.

Em 2010, vamos renovar a totalidade do Congresso

Nacional e das Assembleias Legislativas dos estados (incluindo a do Distrito Federal), escolher governadores e o presidente da República. Queremos que sejam diferentes, que não se envolvam em falcaturas, que não roubem, que não usem os recursos públicos em benefício próprio? Está em nossas mãos, nas mãos dos eleitores.

Iniciativas como a campanha pelas “fichas limpas” são extremamente meritórias, mas são apenas parte da solução do problema. Precisamos mais que evitar que maus políticos possam concorrer se já tiverem sido condenados.

Se um conjunto de instituições respeitáveis da sociedade civil, igrejas, grupos de pressão, imprensa, pessoas de bem se propuserem uma ação pedagógica e de esclarecimento público no primeiro semestre deste ano, quem sabe não cheguemos a outubro com um eleitorado mais atento ao que vai fazer?

■ Nos próximos 15 dias a coluna não será publicada, voltando em 17 de janeiro.

“

Enquanto Lula foi de bom a ótimo e os candidatos se esfalfaram país a fora, nosso sistema político viveu um dos piores anos do período recente. O ano de 2009 viu um aprofundamento da crise que nosso sistema de representação atravessa há muito tempo